

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Chineses avançam em elétricas de SP	2
Título: A virada das ‘commodities’	3
Título: Superávit comercial de US\$ 47,7 bi em 2016 é o maior em 27 anos	5
Título: Tapando o ralo	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Para garantir reparação, Petrobras pede bloqueio de R\$ 12,4 bilhões.....	6
Título: Agronegócio perde, embora mantenha peso no comércio exterior	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Ações da Renova disparam com expectativa de venda de parque eólico.....	10
Título: CTG vende fatia de usinas compradas no País.....	12
Título: Petrobrás e Repsol devolvem concessão de petróleo e gás de Piracucá	13
Título: PetroRio passará a deter 52,4% da Brasoil	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Consumo de energia deve subir no mês.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Calor deve levar a aumento de 3,7% no consumo de energia em janeiro	15
Título: Destaques	17
Título: MME forma grupo de trabalho para discutir expansão de renováveis	18
Título: Vestas pode ampliar base no país se houver mercado	19
Título: Anglo American quer dar partida à fase 3 do Minas-Rio neste ano	21
Título: PetroRio passa a ter 52% da Brasoil	23
Título: Processo contra Braskem tenta incluir leniência	24
Título: Etanol sobe em 14 Estados e no DF.....	26
Título: Petros pede mais prazo para equacionar déficit	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Chineses avançam em elétricas de SP**

Empresas do país asiático já investiram US\$ 40 bilhões no setor no Brasil em 5 anos.

As empresas chinesas continuam aumentando sua presença de forma expressiva no setor elétrico brasileiro. O Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai Fund) fechou a compra de uma participação em mais de dois gigawatts em hidrelétricas no Estado de São Paulo, que já foram compradas pela unidade brasileira da China Three Gorges (CTG), segundo comunicado da subsidiária local da americana Duke Energy, que concluiu a venda dos ativos aos chineses na última semana. Nos últimos cinco anos, os chineses investiram cerca de US\$ 40 bilhões no setor elétrico brasileiro. A própria CTG, que opera a hidrelétrica de Três Gargantas (a maior do mundo), entrou no Brasil em 2013 com a aquisição de ativos da portuguesa EDP.

A chinesa já se tornou a vice-líder em geração no país, atrás apenas de empresas do grupo Eletrobras. A CTG pagou R\$ 3,1 bilhões pelas usinas da Duke Energy no Brasil, em uma transação concluída na última quinta-feira. Segundo a Duke, a CTG posteriormente vendeu um terço do negócio ao Clai Fund pelo mesmo preço por ação envolvido na transação com os americanos. "A CTG informou que a participação acionária indireta na companhia cedida ao Clai Fund não lhe conferirá poder de controle dos negócios e rumos da companhia", disse a Duke.

DINHEIRO MAIS BARATO NA CHINA

Outra gigante chinesa, a State Grid, chegou no Brasil há seis anos e, após várias aquisições, tem hoje 7.000 quilômetros de linhas de transmissão em funcionamento e outros 6.600 em construção. Em junho do ano passado, a empresa comprou a participação do grupo Camargo Corrêa na CPFL, distribuidora paulista de energia, considerada uma das joias da coroa do setor. Por serem estatais, as empresas chinesas conseguem financiamento a custos baixos com os bancos chineses. De acordo com dados do mercado, a State Grid chegou a quitar antecipadamente um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão com o BNDES porque preferiu captar os recursos na China.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: A virada das 'commodities'**

Após iniciar 2016 em baixa, empresas na Bovespa fecham ano com valorização de até 200%.

A recuperação das commodities no mercado internacional e a mudança de governo no Brasil após o impeachment levaram, em 2016, a saltos de quase 200% entre as ações que compõem o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Companhias do setor de siderurgia, além da mineradora Vale e da estatal Petrobras, dominaram o ranking de companhias do Ibovespa que mais se valorizaram. A maioria desses papéis começou o ano operando em suas menores cotações em mais de uma década, deprimidas pelo fim do chamado “superciclo” dos produtos básicos, por graves problemas de gestão, que levaram a alto endividamento e baixa geração de caixa, e por três anos consecutivos de queda da Bolsa provocados pela recessão e pela paralisia política.

Quarenta e nove das 58 ações que integram o principal indicador da Bolsa fecharam o ano em alta, favorecidas pela onda de otimismo que dominou o mercado. Graças a isso, as dez ações que mais subiram levaram a um aumento de R\$ 243,8 bilhões no valor de mercado das oito companhias que correspondem a elas. A mudança de expectativas também fez vítimas.

O fortalecimento do real — divisa que teve a maior alta frente ao dólar entre as 31 principais moedas do mundo — levou à desvalorização de ações de empresas exportadoras, como Embraer e produtoras de papel e celulose. A ação do Ibovespa que mais se valorizou em 2016 foi a Bradespar, empresa de investimentos que detém 21,2% do capital votante da controladora da Vale, a Valepar. A ação preferencial (PN, sem direito a voto) registrou disparada de 199,92% no ano que passou. O movimento foi proporcionado pelo desempenho da própria Vale, cujos papéis preferenciais (PNA, sem voto) subiram 129,2% e os ordinários, 98,2% (R\$ 25,68). Segundo analistas, a principal razão foi a valorização do minério de ferro, cuja tonelada avançou 81%, encerrando o ano a US\$ 78,87.

O “rali” do produto foi provocado pelo investimento em infraestrutura na China e, no fim do ano, pela eleição de Donald Trump e sua promessa de investir US\$ 1 trilhão em obras. Além disso, grandes produtoras de minério pisaram no freio em 2016 em reação aos baixos preços do começo do ano. A alta do minério também ajudou as siderúrgicas, mas Álvaro Bandeira, do Modalmais, observa

que foi mais determinante a decisão do governo chinês de cortar a produção de aço. Ele explica que havia uma supercapacidade produtiva no país asiático, que despejava aço barato no mercado global. Como resultado, a Metalúrgica Gerdau disparou 192% em 2016, enquanto sua controlada Gerdau subiu 133,3%. As rivais CSN e Usiminas saltaram 171,2% e 169%, respectivamente.

— O setor de siderurgia foi um dos principais destaques, mas é preciso lembrar que ele estava praticamente com o pé na cova. O que o salvou foi o movimento de Pequim. Mas a melhora não deve se sustentar por muito tempo. Não aconteceram as mudanças necessárias para que essas siderúrgicas de fato se tornem rentáveis. O custo de produção, a logística e a demanda interna seguem sendo empecilhos — avaliou Alexandre Wolwacz, da Escola de Investimentos Leandro&Stormer. As ações da Petrobras saltaram 97,7% (ON) e 121,9% (PN). Uma razão, segundo Raphael Figueredo, da Clear, foi a própria alta do petróleo, cujo barril do tipo Brent subiu 23,3% no ano e foi favorecido pelo acordo de grandes países produtores para cortar a produção em 2017.

Mas o analista destaca a mudança na gestão da companhia, com Pedro Parente assumindo o comando em maio e impondo uma nova política de preços. A ação ordinária da companhia, no entanto, cotada abaixo dos R\$ 17, ainda está longe do seu pico de R\$ 51,30 em 2008. Completa o top 10 do Ibovespa o Banco do Brasil, que subiu 99,4% no ano. — A ponta contrária do pregão foi dominada por empresas exportadoras, que sofreram muito com a queda do dólar. Mas há também algumas questões particulares. A Embraer, por exemplo, tem uma dívida elevada. A JBS afastou investidores por estar envolvida na confusão da política — acrescentou Figueredo.

De acordo com Alvaro Bandeira, companhias ligadas ao consumo interno também foram vítimas, é claro, da recessão. É o caso da Ambev, que não se beneficiou da bonança da Bolsa e caiu 4,8%. Segundo relatório de novembro do JP Morgan, seus preços vêm de cinco anos seguidos de reajustes acima da inflação, enquanto seu portfólio de produtos é mais orientado para os segmentos médio e alto do mercado consumidor. Com o aumento do desemprego, sua clientela foi atingida em cheio. Mas teve empresa que depende do consumo se destacando na Bolsa.

BOLSA CAI 1% NO PRIMEIRO PREGÃO DE 2017; DÓLAR SOBE

O dólar comercial seguiu o mercado internacional e fechou em alta ontem, primeiro dia de negócios de 2017. A divisa avançou 1,01%, negociada a R\$ 3,285 para venda. Em um dia de pouca movimentação — os mercados de EUA, China, Reino Unido e Japão estão fechados por causa de feriados —, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou com recuo de 1,06%, a 59.588 pontos, após cinco altas seguidas e depois de ter acumulado valorização de 38,93% em 2016.

Segundo analistas, o mercado local aproveitou o primeiro pregão do ano para recuperar o movimento das ações brasileiras na Bolsa de Nova York na última sexta, quando a Bovespa não abriu.

Naquele dia, os papéis de Vale e Petrobras caíram mais de 2% em Wall Street. Ontem, a Petrobras PN (sem voto) caiu 1,41%, enquanto a Vale PN recuou 2,10%. O Itaú Unibanco teve baixa de 0,95%. Na Europa, as Bolsas fecharam em alta, com investidores animados pelas notícias sobre o impulso da indústria na zona do euro, que iniciaram 2017 com força, após elevarem a atividade ao ritmo mais rápido em mais de cinco anos em dezembro. O FTSE MIB, de Milão, avançou 1,73%, após alcançar seu maior nível em um ano. Em Frankfurt, o Dax ganhou 1,02%, maior patamar em 17 meses. Por sua vez, o CAC, de Paris, teve valorização de 0,41%, depois de atingir o nível mais alto de 13 meses.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danilo Fariello e Eliane Oliveira

Título: Superávit comercial de US\$ 47,7 bi em 2016 é o maior em 27 anos

Dado, porém, foi influenciado por queda de 20,1% das importações

A balança comercial apresentou em 2016 superávit de US\$ 47,7 bilhões, o maior saldo da série histórica, iniciada em 1989. É mais do que o dobro do saldo em 2015, de US\$ 19,7 bilhões. O recorde anterior era de US\$ 46,5 bilhões, em 2006, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Porém, a corrente de comércio — soma de exportações e importações — foi a menor registrada desde 2010, refletindo queda nos dois lados da balança, especialmente o das compras no exterior. As exportações, que somaram US\$ 185,2 bilhões, recuaram 3,5%, enquanto as importações, como consequência da severa recessão, caíram 20,1%, para US\$ 137,6 bilhões.

CHINA, O PRINCIPAL COMPRADOR

O volume de exportações foi recorde, com 645 milhões de toneladas exportadas, alta de 2,9% na quantidade, embora com queda de 6,2% no preço médio. Os principais itens exportados foram soja em grão, minério de ferro, petróleo, açúcar e frango, nesta ordem. Nas compras externas, houve queda tanto de preço, de 9%, quanto de quantidade importada, de 12,2%. Os nossos principais mercados compradores, por ordem de importância, foram a China, os Estados Unidos, a Alemanha, Argentina e a Coreia do Sul.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Tapando o ralo**

A Petros, o fundo de pensão do pessoal da Petrobras, que amarga um prejuízo de R\$ 22,5 bilhões, decidiu não mais investir nos tais Fundos de Investimentos em Participações (FIPs). Tem sido um dos mais ralos do dinheiro da turma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Para garantir reparação, Petrobras pede bloqueio de R\$ 12,4 bilhões**

Depois de dois anos de Lava Jato, um levantamento de ações de recuperação da empresa, que já foi a 4ª do ranking mundial de companhias do setor de óleo e gás e em 2016 ocupa a 22ª posição.

Para garantir que a Petrobras recupere o prejuízo com os casos de corrupção, foi pedido o bloqueio de R\$ 12,4 bilhões de bens de empresas e pessoas físicas.

Desse total, já foi deferido o bloqueio de R\$ 1,35 bilhão, dos quais R\$ 290 milhões já foram apreendidos e estão depositados em uma conta.

"Alguns são imóveis, automóveis, leva um tempo para os recursos irem para essa conta. O maior montante é das companhias, mas há também bens de administradores das empresas e de funcionários públicos envolvidos", afirma Taísa Maciel, gerente-executiva da área jurídica da Petrobras.

"Não se pode falar ainda no total de cada companhia. A prioridade é a área penal porque há pessoas presas, mas ainda há muito mais para entrar [em ações de improbidade administrativa]", diz.

"O relevante é que efetivamente estão sendo tomadas providências. O Ministério Público tem essa preocupação e os juízes têm acatado para garantir que haja dinheiro para reparar a Petrobras."

De 30 ações penais relacionadas na Operação Lava Jato à Petrobras, 13 já foram julgadas em primeira instância, com ressarcimento mínimo à empresa fixado pelo juiz Sérgio Moro de R\$ 720 milhões, apenas na esfera penal.

Já entraram no caixa da companhia R\$ 660 milhões — R\$ 513 milhões da força-tarefa de Curitiba. O potencial de recuperação é estimado em R\$ 5,5 bilhões. A operação na Petrobras começou em março de 2014, com a prisão de Paulo Roberto Costa, diretor da petroleira. "Mas, para nós, está completando dois anos. Nosso marco é fevereiro de 2015, data [da primeira declaração] do acordo dele e do [gerente Pedro] Barusco".

R\$ 12,4 bilhões é o total pedido de bloqueio de bens para que se garanta que a Petrobras receba no momento oportuno o dinheiro pleiteado.

R\$ 1,35 bilhões já foram deferidos em bloqueio, sendo que R\$ 290 milhões já foram apreendidos e estão em uma conta. O maior montante é das companhias, além de bens de seus administradores e funcionários públicos envolvidos.

"O relevante é que efetivamente estão sendo tomadas providências. O MP tem essa preocupação e os juízes têm acatado para garantir que ao final haja dinheiro para ressarcir a Petrobras".

600 foram os pedidos de informações variadas do Judiciário e da Polícia Federal à companhia.

R\$ 5,5 bilhões é o valor potencial de recuperação que consta das ações.

R\$ 660 milhões foram recuperados e já entraram no caixa da companhia. Esse valor engloba os recursos recuperados pela Operação Lava Jato (R\$ 513 milhões) e R\$ 147 milhões recuperados de Júlio Faerman, ex-representante no Brasil da empresa holandesa construtora de plataformas de exploração de petróleo SBM Offshore, em investigação separada feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

"Este resultado é fruto de colaboração da Petrobras consistente e contínua com as investigações, e muito de perto com a força-tarefa de Curitiba", diz Taísa Maciel, gerente-executiva do jurídico.

8 foram as ações de improbidade administrativa —uma com o Ministério Público Federal e outra com a União— em que a Petrobras cobra ainda R\$ 5,5 bilhões, além dos R\$ 720 milhões citados acima (por dano moral, entre outros).

35 foram os indícios de crimes encontrados e encaminhados à Operação Lava Jato pelas comissões internas de apuração.

30 são as ações penais já propostas e aceitas pelo juiz Sérgio Moro em que a Petrobras atua como assistente de acusação. "São casos de réus que

prejudicaram a empresa", diz Maciel. "Há mais quatro pedidos feitos, se o juiz Moro aceitar, e ele tem sido muito rápido."

20 foram os depoimentos como testemunhas de acusação.

RAIO X

R\$ 17,3 bilhões foi o prejuízo líquido da Petrobras nos nove primeiros meses de 2016

R\$ 325,6 bilhões

foi o endividamento líquido registrado até setembro

17% foi a queda do endividamento em relação a 2015

R\$ 63 bilhões foi o Ebitda ajustado entre os meses de janeiro e setembro

11% foi o crescimento do Ebitda na comparação com 2015

R\$ 212,1 bilhões foi a receita de vendas da companhia nos nove primeiros meses do ano passado

10% foi a queda, em relação ao mesmo período de 2015

R\$ 5,3 bilhões foi o lucro operacional registrado entre janeiro e setembro de 2016

81% foi a redução em relação ao ano passado

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mauro Zafalon

Título: Agronegócio perde, embora mantenha peso no comércio exterior

O agronegócio perdeu fôlego no ano passado, e oito dos dez principais produtos de exportação do setor tiveram receitas menores do que em 2015.

Mas, como houve uma queda geral nas receitas totais com as exportações do país em 2016, a participação dos agrícolas -mesmo com essa redução- se manteve praticamente estável na balança comercial.

No ano passado, esses dez produtos somaram US\$ 66,3 bilhões, 36% dos US\$ 185,2 bilhões exportados pelo Brasil no período.

Produção abaixo do previsto para alguns produtos e queda média de preços no mercado internacional para outros provocaram essa redução das receitas brasileiras.

Entre os produtos que tiveram melhores receitas estiveram açúcar e suco de laranja. Já o conglomerado soja, as carnes, café, algodão e milho estiveram entre os que perderam receitas.

Um dos destaques foi o milho. O volume exportado em 2016 foi de 21,9 milhões de toneladas, abaixo do recorde de 28,9 milhões de 2015.

A falta interna do cereal em alguns períodos do ano fez a indústria nacional disputar o produto que seria exportado.

As receitas externas com o cereal recuaram de US\$ 4,9 bilhões, em 2015, para US\$ 3,7 bilhões em 2016.

AÇÚCAR

Essa queda nas receitas dos agrícolas poderia ser maior, não fosse o bom desempenho do açúcar. O deficit mundial entre oferta e demanda desse produto elevou os preços externos, e o Brasil se aproveitou dessa situação.

As receitas com o açúcar bruto e refinado somaram US\$ 10,5 bilhões no ano passado, 18% mais do que em igual período anterior, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

O grande destaque da balança comercial brasileira continua sendo a soja. O chamado complexo soja -grãos, farelo e óleo- rendeu US\$ 25,3 bilhões ao país em 2016.

O produto se mantém na liderança, mas teve recuo de 9% nas receitas ante 2015.

A produção brasileira de soja acabou ficando abaixo do previsto e, por isso, o volume exportado de grãos recuou para 51,6 milhões de toneladas, abaixo dos 54,3 milhões de 2015.

Outro item importante da pauta de exportação brasileira são as carnes. O volume comercializado no mercado externo, considerando apenas as carnes "in natura", se aproximou de 6 milhões de toneladas, mas as receitas recuaram para US\$ 11,6 bilhões, 4% menos do que em 2015.

A carne suína, no entanto, teve um comportamento diferente das de frango e de bovinos. Houve aumento tanto do volume exportado como das receitas obtidas.

As exportações de carne suína "in natura" atingiram 628 mil toneladas, com receitas de US\$ 1,35 bilhão, de acordo com a Secex.

Além do açúcar, o suco de laranja também gerou mais receitas em 2016. Indicações de estoques mundiais baixos e de dificuldades das indústrias em aumentar a oferta de suco elevaram os preços.

As exportações brasileiras do ano passado de suco não congelado renderam US\$ 1,1 bilhão, 9,5% mais do que as do ano anterior.

O café, também na lista dos principais itens de exportações do agronegócio brasileiro, ganhou preço externo, mas houve quebra interna de safra, principalmente de conilon. As receitas com o produto recuaram para US\$ 4,8 bilhões no ano passado, 13% menos do que em 2015.

MINÉRIO

O Brasil exportou 364 milhões de toneladas de minério de ferro no ano passado, com receitas de US\$ 13,3 bilhões. Esse volume financeiro foi 6% inferior ao obtido pelo país em 2015.

Houve queda também nas receitas com o petróleo, cujas exportações renderam US\$ 10,1 bilhões, 15% menos do que no ano imediatamente anterior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Renée Pereira, com Reuters

Título: Ações da Renova dispararam com expectativa de venda de parque eólico

À venda. Para reforçar o caixa, empresa de energia busca se desfazer de ativo na Bahia avaliado em R\$ 700 milhões; entre os interessados no negócio estariam a americana AES, que administra a Eletropaulo, além de fundos de investimento e grupos chineses

Em crise desde o ano passado por causa de uma parceria frustrada com a americana SunEdison, que entrou em recuperação judicial em abril, a Renova Energia negocia a venda de um parque eólico na Bahia para reforçar o caixa. Entre os interessados estão a americana AES, que administra a distribuidora Eletropaulo, fundos de investimentos e grupos chineses.

Segundo fontes, a expectativa é que a venda seja concluída nas próximas semanas. A notícia sobre a expectativa de venda do ativo fez as ações da empresa dispararem ontem. Durante o pregão, chegou a subir 22%, mas recuou e fechou com alta de 10% (o Ibovespa, índice da bolsa paulista, caiu 1,13%). No período de um ano, no entanto, os papéis da empresa – uma das maiores geradoras de energia eólica do Brasil – recuaram 73,45%.

O negócio em andamento envolve cifras de mais R\$ 700 milhões com a venda do parque eólico Alto Sertão II, de 386 megawatts (MW) de potência. Se concluída a transação, a Renova vai usar o dinheiro para reduzir a alavancagem da empresa, cuja dívida soma R\$ 1,6 bilhão, e para concluir a obra do parque Alto Sertão III, também na Bahia. Fontes afirmam que a AES já teria concluído uma due diligence nos ativos e feito uma oferta formal à Renova.

O negócio ainda não foi fechado porque há outros três investidores no páreo. Em nota, a AES Tietê – subsidiária do grupo americano – afirmou que está avaliando várias oportunidades de negócios Brasil afora.

Dinheiro em caixa. No mercado, especialistas afirmam que o grupo americano tem caixa para fazer aquisições já que vendeu por R\$ 1,7 bilhão a AES Sul para a CPFL em meados do ano passado.

Sob novo comando, o grupo tem procurado novas alternativas no País. A empresa estava preparada, por exemplo, para participar de leilão de reserva previsto para o fim de 2016, mas que foi cancelado pelo governo, afirmou uma fonte do setor. A ideia era participar com projetos de energia solar. Por outro lado, o principal ativo da AES no Brasil, a Eletropaulo, continua sendo analisado por investidores para possível compra.

Na Renova, além da venda de Alto Sertão II, os acionistas buscam um novo sócio para capitalizar a empresa. A Cemig chegou a organizar um processo competitivo para vender uma fatia na empresa de energia renovável no qual houve participação de diversas empresas multinacionais, mas o negócio não foi adiante. O processo, no entanto, continua, afirma uma fonte próxima da companhia.

Os problemas da empresa, uma das pioneiras nos investimentos de energia eólica no Brasil, começaram após o fracasso da parceria com a SunEdison. Em junho de 2015, a Renova vendeu 14 parques eólicos à SunEdison, por cerca de R\$ 1,6 bilhão. Desse valor, cerca de R\$ 500 milhões entraram no caixa da empresa em dinheiro, e o pagamento restante foi em ações.

Com dificuldades financeiras nos Estados Unidos, os papéis da SunEdison despencaram e a Renova teve de contabilizar as perdas. Apesar dos prejuízos, a

Renova tinha uma série de investimentos a cumprir e dívidas a pagar. No ano passado, o rating da companhia foi rebaixado pela agência de classificação de riscos Fitch Ratings devido à preocupação de calote.

Mas, nos últimos meses, a empresa conseguiu pagar parte da dívida e renegociar outra fatia, dissipando a preocupação. Agora, com o dinheiro esperado com a venda do parque, a companhia espera desafogar o caixa.

Para conseguir honrar os compromissos no ano passado, a Renova teve de fazer uma forte reestruturação interna, que envolveu a revisão do cronograma de algumas obras, cancelamento de contrato com sócios, corte despesas e um aumento de capital de R\$ 731 milhões feito pelos sócios, entre eles a estatal Cemig, de Minas Gerais, e a Light. A reportagem procurou a Renova, mas não encontrou porta-voz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Luana Pavani, com Reuters

Título: CTG vende fatia de usinas compradas no País

O Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai Fund) fechou a compra de uma participação em mais de 2 gigawatts em hidrelétricas no Estado de São Paulo recém-adquiridas pela unidade brasileira da China Three Gorges (CTG), de acordo com comunicado da subsidiária local da norte-americana Duke Energy, que concluiu a venda dos ativos aos chineses na última semana.

A Three Gorges pagou R\$ 3,1 bilhões pelas usinas da Duke Energy no Brasil em uma transação concluída na quinta-feira. Segundo a Duke, a CTG posteriormente vendeu um terço do negócio ao Clai Fund pelo mesmo preço por ação envolvido na transação com os americanos. “A CTG informou que a participação acionária indireta na companhia cedida ao Clai Fund não lhe conferirá poder de controle dos negócios e rumos da companhia”, disse a Duke.

A China Three Gorges e outras chinesas têm se movimentado ativamente em aquisições no mercado de energia do Brasil, o que levou a CTG a se tornar em pouco tempo a vice-líder em geração no país da América Latina, atrás apenas de empresas do grupo estatal federal Eletrobrás. Negociações. A Duke Energy estava presente no mercado de energia brasileiro desde 1999, quando o setor elétrico estava sendo privatizado.

Mas, em fevereiro do ano passado, a companhia anunciou que venderia todos os ativos da América Central e do Sul para se concentrar nos Estados Unidos. Desde o anúncio, a CTG mantinha conversas com o grupo americano e, em

outubro, fechou a compra dos ativos brasileiros. O negócio inclui oito hidrelétricas e duas pequenas centrais hidrelétricas nos Estados de São Paulo e Paraná.

Juntas, elas têm potência de 2,27 mil megawatts (MW) – o suficiente para abastecer 27 milhões de habitantes. Com a aquisição, a CTG passou a ter capacidade instalada de 8,27 mil MW. A escalada do grupo chinês, dono da maior hidrelétrica do mundo (a China Three Gorges), tem sido surpreendente para atual realidade brasileira de baixos investimentos e pouca atratividade para o estrangeiro. A estreia da empresa no mercado brasileiro ocorreu em 2013.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Petrobrás e Repsol devolvem concessão de petróleo e gás de Piracucá

Petrobrás e Repsol Sinopec do Brasil vão devolver a concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural referente ao campo de Piracucá. A informação foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

O campo, localizado em águas rasas da Bacia de Santos, foi adquirido pelas empresas na segunda rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em 2000. Procuradas, Petrobrás e Repsol Sinopec não comentaram a publicação da ANP sobre a devolução da concessão.

Ao declarar a comercialidade do campo em 2009, a estatal brasileira chegou a anunciar reservas de 550 milhões de barris de petróleo equivalente no local.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Querendo mais

A emissão de R\$ 2,26 bilhões de debêntures da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT), feita recentemente, não elimina a necessidade de recursos do grupo, que planeja captar no exterior. Bastante alavancada, a Cemig tem rolando dívidas e pode usar os recursos da captação externa para quitar parte dessas debêntures.

Janeiro?

Não há clareza se a emissão externa, inicialmente prevista para algo em torno de US\$ 500 milhões, será feita na janela de janeiro, uma vez que, recentemente, houve mudanças na diretoria da Cemig. Está no radar da empresa também uma oferta subsequente de ações (follow on).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: PetroRio passará a deter 52,4% da Brasoil

A petroleira PetroRio anunciou ontem acordo para adquirir participação adicional de 29,21% na Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera. Com a fatia adquirida do Fundo Brascan de Petróleo, Gás e Energia, a PetroRio passará a deter uma participação de 52,4% na Brasoil. No dia 21, a PetroRio havia anunciado acordo para adquirir fatia indireta equivalente a 23,19% detida pelo Goldman Sachs & Co na Brasoil. A Brasoil tem participação indireta no Campo de Manati, o oitavo maior de gás natural do Brasil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / Colunas

Autor:

Título: Consumo de energia deve subir no mês

O consumo de energia deve aumentar 3,7% em janeiro, segundo previsão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) — cerca de 67.845 megawatts (MW) médios, em relação a igual período do ano passado. De acordo com relatório, o maior aumento deverá ocorrer no subsistema do Nordeste, de 9,4%, para 10.926 MW médios. No maior subsistema do país, o Sudeste/Centro-Oeste, a expectativa é de crescimento de 3,5%, para 39.428 MW médios, na mesma comparação. Com relação ao Norte, espera-se elevação de 3,2%, totalizando 5.541 MW médios. Já, para o Sul, a estimativa é de queda do consumo, de 0,1%, para 11.950 MW.

Etanol mais caro em 14 estados e no DF

Os preços do etanol hidratado — o usado para abastecer os carros — perderam competitividade em relação à gasolina na última semana na maior parte do país. De acordo com o levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o produto ficou mais caro nos postos de 14 estados e no Distrito Federal, entre 25 e 31 de dezembro. Houve desvalorização em apenas

nove unidades da Federação. Os preços ficaram estáveis em outros três. Na média nacional, o valor do etanol teve alta de 0,28%, para R\$ 2,844 o litro. A alta mais expressiva da semana foi no Espírito Santo, onde subiu 3,58%, para R\$ 3,359 o litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Calor deve levar a aumento de 3,7% no consumo de energia em janeiro

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê um crescimento de 3,7% do consumo de energia em janeiro, em relação a igual período de 2016, totalizando 67.845 megawatts (MW) médios. Apesar do dado otimista, ele não se deve a uma possível recuperação da economia brasileira, mas à elevação das temperaturas no primeiro mês deste ano, ante janeiro de 2016, segundo especialistas e meteorologistas.

As temperaturas elevadas também são reflexo de um volume de chuvas menos intenso previsto para janeiro, na comparação com igual mês de 2016. Menos chuvas se traduzem em um nível menor de armazenamento dos reservatórios hidrelétricos, justamente em um período considerado importante para a recuperação dos lagos das usinas.

O ONS prevê um volume de chuvas de apenas 72% da média histórica para janeiro, no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país é responsável por 70% do total de energia armazenável em reservatórios hidrelétricos do país. Com isso, o operador estima que as usinas das duas regiões cheguem ao fim do mês com apenas 36% de estoque, contra 44,4% observados no último dia de janeiro de 2016.

Segundo Leontina Pinto, diretora-executiva da consultoria Engenho, a situação dos reservatórios hidrelétricos do país é preocupante, apesar da aparente tranquilidade devido ao consumo mais fraco nos últimos anos. "Basta ver o preço alto da energia de curto prazo em janeiro", afirmou a especialista. O preço de liquidação das diferenças (PLD), o preço de curto prazo, está em R\$ 148,04 por megawatt-hora (MWh), valor considerado elevado para essa época do ano.

Na última reunião de 2016, realizada em dezembro, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que reúne as principais autoridades do segmento, havia indicado que o risco de qualquer déficit de energia em 2017 era de 0,9% para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste e 0,1% para o Nordeste.

De acordo com informações do Instituto ClimaTempo, apesar da ocorrência do fenômeno "El Niño" - caracterizado por chuvas fortes no Sul e seca no Sudeste e Nordeste - no verão do ano passado, janeiro de 2016 foi considerado atípico para o padrão do El Niño e registrou muitas chuvas. Para este ano, não está prevista a ocorrência do volume de chuvas registrado no início de 2016. Dessa forma, também são esperadas temperaturas mais elevadas, que deverão influenciar o consumo de energia.

Segundo o ONS, entre os subsistemas do país, o maior aumento de consumo em janeiro, na comparação anual, deverá ocorrer no Nordeste, de 9,4%, para 10.926 MW médios. Com relação ao Sudeste/Centro-Oeste, a expectativa é de crescimento de 3,5%, para 39.428 MW médios, na mesma comparação. Sobre o Norte, a expectativa é de aumento de 3,2%, totalizando 5.541 MW médios. Já, para o Sul, a estimativa é de queda do consumo, de 0,1%, para 11.950 MW médios.

Em entrevista recente, o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, contou que não prevê problemas no fornecimento de energia durante o horário de pico de demanda neste verão (que ocorre entre 14h e 16h, por causa das elevadas temperaturas), devido ao consumo menor do país, fruto do desaquecimento da economia.

Com relação à expectativa de chuvas, o Nordeste continua sendo motivo de preocupação. O ONS espera um volume de chuvas de apenas 41% em relação à média histórica para janeiro na região. Com isso, a expectativa é que os lagos das usinas fechem o primeiro mês do ano com 21% de estoque, contra 17,6% registrados em igual período de 2016.

Sobre o Norte, o ONS prevê um volume de chuvas em janeiro de 63% da média histórica para o período. Dessa forma, os reservatórios da região deverão fechar o mês com 26,8% de estoque. Em 31 de janeiro de 2016, as usinas do Norte marcavam 30,3% da capacidade.

Já com relação ao Sul, o órgão prevê volume de chuvas 15% acima da média histórica para janeiro na região. Assim, o operador espera que os reservatórios das usinas do Sul cheguem ao fim deste mês com 60% de armazenamento. Em 31 de janeiro do ano passado, porém, o estoque dos reservatórios das usinas da região estava em 93,1%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Renova negocia ativo

As units da Renova fecharam com alta de 10% ontem, a R\$ 6,60, refletindo a notícia de que a companhia está negociando a venda do parque eólico Alto Sertão II, que soma 386,1 megawatts (MW) de potência, para a AES Brasil. Segundo a agência de notícias "Reuters", a Renova negocia a venda do ativo por um montante entre R\$ 600 milhões e R\$ 700 milhões. O Valor apurou que a administração da AES Tietê, braço de geração da AES Brasil, está olhando com interesse para os ativos da Renova, mas a operação ainda não está em estágio avançado. De um lado, a Renova Energia precisa dos recursos para reduzir seu endividamento. A AES Tietê, por sua vez, está com uma alavancagem muito baixa e espaço para investir. A geradora tem dito que está preparada para fazer investimentos em projetos de energia nova, a fim de diversificar seu portfólio, atualmente totalmente hídrico. O interesse na Renova é considerado "sério", mas a empresa também avalia outras alternativas.

Recorde de Itaipu

A usina hidrelétrica de Itaipu fechou 2016 com a produção de 103,098 milhões de megawatts-hora (MWh), confirmando a expectativa e registrando recorde mundial de geração de energia em um ano. O recorde anterior havia sido registrado pela chinesa Três Gargantas, de 98,8 milhões de MWh, em 2014. De acordo com Itaipu Binacional, a produção da usina em dezembro ficou em 8,9 milhões de MWh, registrando o melhor dezembro de todos os tempos em termos de geração de energia da hidrelétrica, que entrou em operação em meados dos anos 1980.

CTG vende participação

A China Three Gorges (CTG) informou ontem que negociou um terço do total das ações que detém na Duke Energy Paranapanema para o Clai Fund. Segundo controladora, o Clai Fund desembolsará o mesmo preço que a atual controladora pagou por ação da geradora de energia. A CTG informou em outubro que pagou US\$ 10,80 por ação da fatia de 99,06% até então detida pela americana Duke Energy International, totalizando US\$ 969,5 milhões. Sendo assim, pela fatia de um terço, ou 33,02%, o Clai Fund deve pagar US\$ 323,2

milhões. A operação de aquisição da Duke Energy Paranapanema pela chinesa havia sido concluída na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: MME forma grupo de trabalho para discutir expansão de renováveis

O Ministério de Minas e Energia (MME) está formando um grupo de trabalho com as empresas da área de energia renovável para discutir o planejamento do setor, disse, ao Valor, o secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa.

Apesar das queixas dos fabricantes de equipamentos para as fontes eólica e solar sobre o cancelamento do leilão de energia de reserva (LER) em dezembro, a expansão das fontes renováveis segue como uma das prioridades do governo, desde que feita de forma equilibrada, sem onerar o consumidor.

"Nosso compromisso com as fontes renováveis é enorme, Vamos promover o fortalecimento delas no Brasil, mas vamos também enfrentar um conjunto de problemas de subsídios que encarecem a energia", disse Pedrosa.

Segundo ele, o cancelamento do LER foi uma decisão difícil, pois o processo já estava em andamento, mas o motivo foi justamente para manter a credibilidade do planejamento do setor. "Estamos tomando decisões com base em uma visão geral, com critérios técnicos. O país está em uma crise econômica muito grande e estamos percebendo no dia a dia que o tamanho do problema é muito maior do que imaginávamos antes", disse.

A contratação de energia de reserva "não é um instrumento de política industrial", disse. Levando em conta as sobras contratuais de energia e a forte redução no consumo, resultado da crise econômica, o governo não pretende contratar novos projetos de geração sem que haja a necessidade, onerando os consumidores.

"A decisão foi dura e difícil, mas foi para proteger a sociedade. Se eu contrato uma energia para atender determinado segmento e não consigo justificar a necessidade dela, tenho um custo adicional para a sociedade", disse o secretário-executivo do MME.

Isso não significa que o governo não vai mais contratar fontes renováveis. "O secretário Eduardo [Azevedo, de Planejamento e Desenvolvimento Energético] está liderando um movimento para trazer as associações de solar, eólica e renováveis para discutirem conosco as premissas do planejamento do setor,

para termos total clareza em relação à demanda e oferta", disse Pedrosa. As principais empresas desses segmentos também estão participando as conversas.

A discussão também vai tratar do fim de certos subsídios, que tiram competitividade da energia brasileira, segundo o secretário. "Isso precisa ser feito sem trauma, respeitando contratos", disse. "Não vamos diminuir as energias renováveis. Vamos reorganizar o setor, ver os recursos disponíveis e reconhecer o verdadeiro preço da energia. Esse será um sinal correto para a sociedade", completou.

O governo também está avançando na discussão do leilão de "descontratação" de energia, que terá o objetivo de cancelar contratos de projetos em atraso ou que não saíram do papel. Segundo Pedrosa, a intenção é avançar nesse mapeamento de recursos no primeiro semestre do ano, a fim de fazer um projeto de futuro já com essa visão do setor.

Ainda não foi definido como o leilão de descontratação vai funcionar, mas o MME trabalha para que seja de forma competitiva. "Vamos dialogar com a sociedade, fazer um processo com sinais econômicos concretos. Por exemplo, pode ser um leilão que descontrate aquele que pague o maior valor pelo direito a descontratação. São ideias que estamos discutindo", disse. O que já está descartado é promover um modelo de descontratação unilateral, pois isso iria "desmoralizar" projetos que cumpriram seus compromissos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Vestas pode ampliar base no país se houver mercado

A dinamarquesa Vestas, maior fabricante de equipamentos eólicos do mundo, pode investir no aumento de sua capacidade instalada no Brasil, caso haja sinalização positiva pelo mercado de geração de energia eólica no país. A companhia, que recebeu no fim de 2016 dois pedidos firmes para fornecimento de aerogeradores, alcançou 1,5 gigawatts (GW) em encomendas de turbinas eólicas.

"Embora não tenhamos nada de concreto no momento, estamos sempre avaliando as oportunidades. E se o mercado se mostrar resiliente, certamente em algum momento vamos ampliar a capacidade", afirmou o presidente da Vestas no Brasil, Rogério Zampronha. Ressaltando que a visão da empresa no país é de longo prazo, o executivo disse que um eventual projeto de ampliação

da capacidade decidido hoje levaria de um ano e meio a dois anos para ficar pronto.

Os dois pedidos firmados em dezembro, cujos valores não foram informados, incluem a entrega de 74 turbinas, somando 159 megawatts (MW) de capacidade. O maior deles foi com a francesa EDF, que encomendou 53 aerogeradores (117 MW) para a segunda fase do projeto Ventos da Bahia. A entrega está prevista para começar no primeiro trimestre de 2018, e o comissionamento é esperado para o terceiro trimestre do ano.

O segundo contrato envolve o fornecimento de 21 turbinas (42 MW) para a espanhola Gestamp. As máquinas são destinadas aos parques eólicos Cabeço Vermelho e Cabeço Vermelho II, no Rio Grande do Norte. A entrega é prevista para começar no último trimestre deste ano e o comissionamento dos parques é esperado para o segundo trimestre de 2018.

Todas as máquinas serão produzidas na fábrica da Vestas em Aquiraz (CE). Segundo Zamprónha, o índice de nacionalidade dos equipamentos é da ordem de 70%, dentro, portanto, das exigências da linha Finame, do BNDES. Em cerca de um ano, desde que inaugurou a fábrica no Ceará, a Vestas já produziu 160 turbinas no local.

Com os dois novos pedidos, a Vestas fechou 2016 com 371 MW de capacidade de aerogeradores encomendados em 2016, número em linha com o total de encomendas registradas em 2015, de 376 MW, mesmo não tendo sido realizado um leilão específico para projetos eólicos no ano passado.

"Num ano em que não houve leilão [para eólicas], nós conseguimos registrar quase 400 MW de pedidos novos", afirmou Zamprónha. "Com o que vendemos no ano passado e em 2015, nossa empresa mostra que tem solidez e capacidade que nos permite atravessar tranquilamente este período de baixa do mercado", completou.

Segundo estimativas de mercado, a Vestas possui cerca de 30% de participação de mercado no Brasil.

Questionado sobre a expectativa para 2017, Zamprónha, formado em economia, demonstrou otimismo. "Houve uma mudança bastante importante nas expectativas dos agentes. E a recuperação da economia envolve muito a reversão das expectativas dos agentes e formadores de opinião", disse o executivo, destacando ainda a inflação sob controle, a tendência de queda da taxa de juros e as medidas da agenda do presidente Temer aprovadas recentemente ou em discussão pelo Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Anglo American quer dar partida à fase 3 do Minas-Rio neste ano**

O grupo Anglo American tem como principal meta no Brasil, este ano, dar partida ao projeto da fase 3 de produção de minério de ferro do complexo Minas-Rio. Com isso, até o fim de 2018, a empresa espera ter a licença de operação e passar a produzir na capacidade anual de 26,5 milhões de toneladas da matéria-prima, que foi desenhada originalmente para o empreendimento.

Em entrevista ao Valor, Ruben Fernandes, presidente da Anglo American do Brasil, disse que nessa nova fase serão investidos R\$ 1 bilhão em obras de infraestrutura na mina de Conceição de Mato Dentro, em Minas Gerais. "São obras unicamente na mina. Por exemplo, de ampliação de barragem, frentes de lavra e dique de contenção de rejeito".

Atualmente, com a fase 2, que obteve licença definitiva de operação em outubro, a empresa pode produzir até 17 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Esse patamar, informa o executivo, será mantido neste ano e em 2018. No ano passado, até setembro, a empresa produziu 11,3 milhões de toneladas. Os dados do ano virão no balanço financeiro do grupo, previsto para meados de fevereiro.

Fernandes informa que as demais operações do projeto já estão no nível da capacidade plena do Minas-Rio - unidades de beneficiamento do minério, o mineroduto (que tem 530 km de extensão, até porto do Açú, no Estado do Rio) e o terminal portuário, onde é feito o embarque para diversos mercados do exterior.

A empresa exporta para mercados da China, Oriente Médio, Índia e um pouco para Europa. Principalmente o minério tipo pellet-feed, usado na produção de pelotas de ferro (pellets).

Segundo o executivo, a fase 3 "é fundamental para garantir a continuidade operacional do Minas-Rio e para que seja alcançada sua capacidade máxima anual". A companhia já entrou com nos órgãos ambientais com pedido para as licenças prévias e de instalação. Espera que a aprovação de ambas ocorra ao longo deste ano.

Com essa nova fase, que estima vir a operar a partir de 2019, a empresa terá na mina um horizonte adicional de vida útil de pelo menos dez anos de atividade, informa Fernandes. Como a concessão detém vastos recursos minerais na

região, o executivo afirma que no futuro serão lançadas novas fases para manter o nível pleno de produção do Minas-Rio.

Após investimentos de US\$ 8,5 bilhões no projeto brasileiro - o que levou a Anglo American a fazer baixas contábeis do empreendimento -, o grupo iniciou a operação, com o primeiro embarque, em outubro de 2014. Naquele ano, produziu 700 mil toneladas. No ano seguinte, saltou para 9,2 milhões de toneladas.

Aos preços atuais do minério de ferro, na faixa de US\$ 80 a tonelada no mercado à vista chinês, o projeto Minas-Rio, já consegue ter fluxo de caixa positivo, afirmou Fernandes, que preside a subsidiária brasileira do grupo anglo-sul-africano desde meados do ano passado. O executivo cuidava de três outros negócios - níquel, nióbio e fertilizantes. Os dois últimos foram vendidos ao longo do ano para um grupo chinês por US\$ 1,5 bilhão.

"São uma surpresa positiva os preços nos atuais níveis, mas ainda não vemos fundamentos para que se sustentem", afirma o executivo. Segundo ele, não há ainda previsão consistente de que a China volte com tudo na demanda de minério de ferro e há capacidades novas de produtores - como Vale (mina S11D), Rio Tinto e Roy Hill - entrando no mercado.

A média do preço no ano passado foi de US\$ 58 a tonelada, no mercado à vista chinês. Para este ano, o executivo da subsidiária brasileira prevê média de US\$ 55 a tonelada, seguindo as projeções de analistas de banco.

Segundo Fernandes, a cotação atual do produto pode recuar ao longo do primeiro trimestre. Para ele, "o Minas-Rio tem de ser autossustentável. E ser competitivo mesmo abaixo de US\$ 50 a tonelada".

No primeiro semestre, o negócio de minério de ferro no Brasil, teve prejuízo operacional antes de juros e impostos (Ebit) de US\$ 10 milhões. A perda líquida operacional do Minas-Rio no mesmo período, conforme relatório da companhia, foi de US\$ 17 milhões - US\$ 128 milhões a menos do que um ano antes. Essa melhoria, afirma, foi fruto de uma combinação de maiores volumes de vendas, redução de custos e recuperação dos preços da commodity.

De janeiro a setembro, a mineradora produziu 11,3 milhões de toneladas de minério de ferro no Brasil. As vendas somaram, conforme balanço do grupo, 11,45 milhões de toneladas - tudo para exportação. Como vem em ritmo ascendente, a previsão para o ano é que produção e vendas do Minas-Rio fiquem entre 15 milhões e 17 milhões de toneladas.

Após vender os negócios de fertilizantes e nióbio (operação concluída em setembro), a Anglo American manteve no país os negócios de minério de ferro e

de níquel, somando um contingente de 3,5 mil empregados. Também foram cogitados no plano de desinvestimentos do grupo, mas por ora estão descartados com a recuperação dos preços das commodities desde o início do ano.

Em níquel, a empresa considera que uma das unidades (Barro Alto-GO) atingiu um momento bom, com a regularização de sua operação (reforma dos fornos, na qual gastou US\$ 300 milhões) e com a elevação dos preços do metal, acima de US\$ 10 mil a tonelada.

"Estamos com uma planta nova, competitiva, já operando na nova capacidade nominal, de 36 mil toneladas ao ano de níquel contido em ferroliga. Agora, vamos continuar buscando melhorias de custos", diz o executivo.

Com a outra unidade goiana, Codemin, em Niquelândia, a produção de 2016 era estimada entre 45 mil e 47 mil toneladas. "O níquel mostra fundamentos bons, com demanda maior que a oferta, e tendência a subir. O preço ainda está um pouco abaixo do ideal", afirma. Cerca de 70% é exportado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: PetroRio passa a ter 52% da Brasoil

A PetroRio (ex- HRT) anunciou ontem a aquisição de uma nova fatia na Brasoil. A compra da participação de 29,21% do fundo de investimentos Brascan (Brookfield) faz parte da intenção da petroleira brasileira de assumir 10% do campo de gás de Manati, na Bahia, e de diversificar as fontes de receitas da empresa - que produz apenas petróleo em um único campo, o de Polvo, na Bacia de Campos.

Em dezembro, a PetroRio já havia anunciado a aquisição dos 23,19% detidos pelo Goldman Sachs. Com a compra da participação do fundo Brascan, a empresa brasileira passou a deter o controle da Brasoil, com uma fatia de 52,4%.

O Valor apurou que o plano da PetroRio é assumir a totalidade das ações da companhia, a partir da compra dos papéis do hedge fund Crystal e de acionistas minoritários na Brasoil. Os valores envolvidos na compra das fatias do Goldman Sachs e do FIP Brascan não foram divulgados.

A compra do controle da Brasoil foi bem recebida na Bovespa. Ontem, as ações ordinárias da PetroRio subiram 6,98%, para R\$ 23,30.

A aquisição representa, para a brasileira, um aumento da capacidade de geração de receitas. A Brasoil possui 10% de Manati, localizado na Bacia Camamu-Almada, e tem um contrato de longo prazo para venda de sua parcela para a Petrobras, operadora do campo.

Com base nas demonstrações financeiras da Geopark, que também detém 10% do ativo, a entrada no projeto de Manati tem potencial para incrementar, trimestralmente, as receitas líquidas da PetroRio em US\$ 7,5 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 24 milhões. Isso significa dizer que, se Manati já fizesse parte do portfólio da petroleira no terceiro trimestre de 2016, as receitas da PetroRio teriam sido 17% maiores que os R\$ 139,2 milhões contabilizados no período.

A aquisição da Brasoil marca também a entrada da companhia no segmento de gás natural, que geralmente sofre menos com as volatilidades do que o preço do barril do petróleo. Manati é o 8º maior campo de gás do país, mas tem produzido abaixo de seu potencial, devido à queda na demanda no mercado.

Segundo a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), sócia de Manati, com 35%, o campo deve encerrar 2017 com uma produção média de 4,9 milhões de metros cúbicos diários de gás - volume 3,9% abaixo dos 5,1 milhões de m3/dia previstos para 2016.

A compra da Brasoil representa para a PetroRio, também, a entrada na Bacia Foz do Amazonas. A empresa detém 100% da concessão de Pirapema, ativo de gás atualmente em fase de desenvolvimento, e do bloco FZA-M-254.

Este não é o primeiro movimento de aquisição da PetroRio nos últimos anos. Em 2015, a companhia anunciou a compra dos campos de Bijupirá e Salema, na Bacia de Campos, mas o negócio acabou não se concretizando porque a petroleira não conseguiu chegar a um acordo com a ANP para reduzir os valores da garantia financeira exigida para assegurar os investimentos no abandono dos campo

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Processo contra Braskem tenta incluir leniência

Os investidores que movem uma ação coletiva contra a Braskem e a Odebrecht nos Estados Unidos estão tentando incorporar no processo o acordo de leniência assinado pelas empresas com autoridades americanas em dezembro, a fim de impedir que as acusações sejam indeferidas.

A Braskem é alvo de um processo movido por investidores que negociaram recibos de ações (ADRs) da petroquímica na Bolsa de Nova York entre julho de 2010 e março de 2015. A Braskem e sua controladora Odebrecht vão pagar, juntas, R\$ 6,96 bilhões para se livrar de acusações criminais e civis que enfrentariam no Brasil, Estados Unidos e Suíça. No entanto, ainda não foi negociado um acordo com investidores para encerrar a ação coletiva, pois ainda está pendente um pedido de indeferimento de todas as acusações.

Os advogados que lideram a ação coletiva enviaram uma carta ao juiz Paul Engelmayer, do Tribunal do Distrito Sul de Nova York, solicitando que o conteúdo dos acordos de leniência seja considerado na sua decisão. Eles pedem que o juiz negue o pedido de indeferimento e mantenha o caso.

Se isso acontecer, o mais provável é que a Braskem acelere a negociação de um acordo financeiro com os investidores para encerrar as acusações.

Segundo a Braskem, não há argumentos legais que justifiquem a incorporação do acordo de leniência na discussão. "A defesa da Braskem assume que é verdade a alegação dos investidores de que um esquema de pagamento de propina existiu, o que torna o esforço dos requerentes de introduzir fatos adicionais para sustentar esse argumento inteiramente desnecessário", escreveu a defesa da Braskem.

A petroquímica também voltou a argumentar que não havia "dever legal" de informar os investidores sobre a existência do esquema de propina.

Em uma segunda carta, enviada ao juiz Engelmayer em 30 de dezembro, os advogados dos investidores voltaram a insistir que o conteúdo do acordo de leniência é relevante para as acusações, além de serem informações novas e que não estavam disponíveis quando foi ajuizada a última emenda do processo.

Os investidores também rebatem o argumento de que não havia obrigação de informar o mercado sobre o esquema de pagamento de propina. "Enquanto uma conduta criminoso não cria um dever de divulgação, 'uma vez que funcionários da empresa a desconsideram em comunicados, eles ficam obrigados a falar com honestidade e divulgar o que foi necessário para evitar que os comunicados sejam enganosos ao mercado'", escreveram os advogados.

Segundo eles, a Braskem tinha o dever de informar os investidores que concordou em negociar "reciprocidades financeiras" com a Petrobras para justificar a redução do preço pago pela nafta.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Etanol sobe em 14 Estados e no DF**

Os motoristas que abasteceram os tanques de seus veículos com etanol na semana passada para viajar nas festas de fim de ano voltaram a gastar mais com o produto. Em apenas uma semana, o preço médio do biocombustível subiu em 14 Estados e no Distrito Federal, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Houve desvalorização em apenas nove Estados e em outros três (Tocantins, Pernambuco e Amapá) as cotações médias ficaram estáveis. Na média nacional, o preço do etanol teve elevação de 0,28%, para R\$ 2,844 o litro.

No maior polo consumidor de combustível, São Paulo, o preço médio do etanol hidratado vendido nos postos entre os dias 25 e 31 de dezembro ficou em R\$ 2,707 o litro, alta de 0,22% em relação à semana anterior. Em outro importante polo, Minas Gerais, o etanol hidratado também subiu para os motoristas e foi vendido em média por R\$ 2,872 o litro, aumento de 0,49%. Em ambos os Estados, os preços foram os maiores desde o início de abril, quando a safra 2016/17 tinha acabado de começar.

Com isso, o etanol continua sem oferecer vantagem econômica em relação à gasolina nos Estados pesquisados. A relação menos desvantajosa continua sendo observada em Mato Grosso, onde o etanol foi negociado a 71% do valor médio da gasolina no período.

Segundo o parâmetro mais aceito no mercado de combustíveis, o etanol é mais competitivo quando seu preço está abaixo de 70% do valor da gasolina.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol****Título: Petros pede mais prazo para equacionar déficit**

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, quer estender o prazo para apresentação do plano de equacionamento do déficit referente a 2015, que foi de R\$ 22,6 bilhões. Para isso, a fundação enviou uma solicitação à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para alteração da data, inicialmente prevista para 31 de dezembro.

O equacionamento refere-se ao Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). A fundação justificou o pedido devido às mudanças na composição da diretoria executiva desde setembro, que foram concluídas apenas no início do mês passado.

"Diante disso, os novos dirigentes necessitam de maior prazo para analisar criteriosamente os diversos cenários e estudos existentes e buscar alternativas que possam mitigar o impacto do equacionamento nos rendimentos dos cerca de 80 mil participantes ativos e assistidos do PPSP", disse a Petros, em nota.

A fundação não quis comentar. Quando anunciou o déficit, em julho de 2016, ela informou, baseada nas novas regras de solvência dos fundos de pensão, que o valor a ser equacionado, de cerca de R\$ 16 bilhões, seria dividido entre a patrocinadora e participantes em até 18 anos.

Na época, a Petros disse que a melhora da conjuntura econômica poderia reverter o resultado. No primeiro semestre de 2016, o PPSP teve rendimento de 17,75% com renda fixa - ante avanço de 6,72 % do CDI no período. Esse fator contribuiu para uma rentabilidade de 8,24% no semestre, acima da meta atuarial de 7,35%.

A diretoria da Petros também solicitou à Previc a realização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que deve definir todo o cronograma de elaboração e aprovação do plano de equacionamento a ser realizado ainda em 2017.

Até que o plano de equacionamento seja aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, as contribuições de todos os associados seguem sem alteração.

MME / ASCOM